GIOVANNA MIGLIORI SEMERARO

**LEGITIMIDADE NO SISTEMA JURÍDICO:
Um olhar interdisciplinar a partir do cinema**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Doutora Mara Regina de Oliveira

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO – SP**

2017

GIOVANNA MIGLIORI SEMERARO

LEGITIMIDADE NO SISTEMA JURÍDICO

Um olhar interdisciplinar a partir do cinema

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria do Direito, sob orientação da Professora Doutora Mara Regina de Oliveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2017

Nome: SEMERARO, Giovanna Migliori.

Título: Legitimidade no Sistema Jurídico: um olhar interdisciplinar a partir do Cinema

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria do Direito, sob orientação da Professora Doutora Mara Regina de Oliveira.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao André
com amor.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho intelectual nunca é fruto de um esforço solitário. Não posso deixar de manifestar minha profunda gratidão às pessoas que contribuíam especialmente para que este trabalho se concretizasse.

Agradeço inicialmente à minha orientadora, a Professora Doutora Mara Regina de Oliveira, que deu-me a oportunidade de iniciar esta pesquisa, além de me possibilitar a gratificante experiência de monitorar suas aulas de Lógica Jurídica e Introdução ao Estudo do Direito nesta Universidade.

Agradeço ao professor Celso Fernandes Campilongo, por também me receber como monitora de Introdução ao Estudo do Direito, além dos valiosos conselhos sobre esta pesquisa.

Agradeço também à Professora Margareth Anne Leister, pelas precisas pontuações feitas no exame de qualificação.

Agradeço a todos os alunos das turmas em que tive o prazer de monitorar. Cada sala trouxe diferentes perspectivas e, com elas, novas motivações.

Aos companheiros de monitoria e de orientação, Marco Aurélio Panadés Aranha, Fernando Barbin, Ana Paula Polacchini, Silvio Soares e Guilherme Diniz. Juntos nos apoiamos, nos motivamos, torcemos uns pelos outros.

A meu companheiro André Paulani Paschoa: pelas leituras, pelas revisões, pelo ombro, pela fé.

A meu revisor (e querido sogro), Airton Paschoa, pelos preciosos comentários, pela paciência e pela dedicação.

A meus pais, Mônica e Nelson, por todo o amor, e igualmente a meus irmãos Veridiana e Eleonora, Valéria e Nelson.

À Leda Paulani e ao Artur Paulani Paschoa, pelo carinho com que me acolheram.

Aos amigos e sócios Christopher Marini e Leandro Giao Tognolli, pela amizade, pelo companheirismo e pelas tardes regadas à café sem as quais eu jamais manteria o rumo deste trabalho.

Aos amigos Maria Luiza, Ricardo, Beatriz, Paola, Danilo, Débora, Ana Rosa, Carlos, Victório, Guilherme, Mayara, André, Luís: pelo apoio, pela presença.

A todos os companheiros de militância – com menção especial à Paula, ao Josias, à Mariana e à Amanda. Pelos Advogados Ativistas, agradeço a Isabela, Guilherme, Marina, Silvia e Luiz Guilherme. Com vocês, amadureci minhas convicções, cresci como pessoa e ganhei novos companheiros para a vida.

Aos funcionários da Faculdade de Direito, por todos os esclarecimentos que me prestaram de forma tão atenciosa – especialmente o Departamento de Filosofia e Teoria do Direito, da Secretaria de Pós-Graduação, e da Biblioteca da Faculdade.

*“Une pensée mutilante conduit nécessairement
à des actions mutilantes”¹*

Edgar Morin

¹ Em tradução livre: “Um pensamento mutilado conduz necessariamente a ações mutiladoras”. (Morin, Edgar. *Introduction à la pensée complexe*, Issy-les-Moulineaux, ESF Éditeur, 1990, p. 23).

RESUMO

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA – SEMERARO, Giovanna Migliori

Partindo da premissa metacomplementar da legitimidade enquanto pressuposto socialmente difundido de obediência às normas provenientes de determinada autoridade, analisamos a legitimidade do sistema jurídico brasileiro a partir dos filmes *O Caso dos Irmãos Naves* (1967), *Justiça* (2004) e *Juízo* (2007). Para tanto, utilizamos o método interdisciplinar. Observamos a construção deste pressuposto de obediência através do procedimento judicial, no qual o Estado busca mostrar-se o mais neutro possível, escondendo a natureza claramente política das decisões judiciais. Em nossa análise, destacou-se a natureza constitutiva (em contradição à declaratória) da decisão judicial, inclusive no que tange às premissas fáticas. Concluímos pela impossibilidade do direito acessar diretamente os fatos passados, objetos de análise do processo, e observamos a necessidade de o Direito dissimular tais inseguranças para não sofrer em legitimidade. Analisamos a violência por parte do Estado, inclusa a questão da tortura, e seus efeitos para com a legitimidade. Por fim, observamos as formas de a autoridade estatal lidar com o indivíduo potencialmente perigoso para a autoridade institucional e abordamos brevemente a questão do crescimento das facções criminosas nos presídios brasileiros.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Legitimidade. Poder. Disciplina. Verdade.

ABSTRACT

BIBLIOGRAPHIC REFERENCE – SEMERARO, Giovanna Migliori

Starting from the metacomplementar premise of legitimacy as a socially widespread presupposition of obedience to the standards from a particular authority, we analyze the Brazilian law system's legitimacy from the films *O Caso dos Irmãos Naves* (1967), *Justiça* (2004) and *Juízo* (2007). For this, the interdisciplinary method was utilized. We observe the construction of this obedience assumption through the judicial procedure, in which the State seeks to show itself as natural as possible, hiding the clearly political nature of the judicial decisions. In our analysis, it was highlighted the constitutive nature (in contradiction to the declaratory) of the judicial decision, including the factual premises. Our conclusion was that impossibility of law to access past facts directly, which are the objects of lawsuits analysis, and the necessity of law to dissimulate such insecurities so it does not suffer in its legitimacy. We analyze the violence of the State, including the torture subject, and its effects on legitimacy. Lastly, we observe the ways of the State authority to deal with the potentially dangerous individual, and we briefly address the issue of the growth of the criminal factions in Brazilian prisons.

Key-words: Interdisciplinarity. Legitimacy. Power. Disciplinary. Truth.

SUMÁRIO

1	INTERDISCIPLINARIDADE: CINEMA E FILOSOFIA DO DIREITO	12
1.1	INTERDISCIPLINARIDADE: O CONCEITO	16
1.2	O MÉTODO DO DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR	20
1.3	INTERDISCIPLINARIDADE: O PAPEL DA ARTE EM UMA PERSPECTIVA COMPREENSIVA.....	22
1.4	CINEMA E REFLEXÃO FILOSÓFICA.....	26
1.4.1	Ficção/Documentário: a relação do cinema com a verdade	31
1.5	OS FILMES	35
1.5.1	Sinopse de <i>O caso dos irmãos Naves</i>	36
1.5.2	Sinopse de <i>Justiça</i> (2004)	41
1.5.3	Sinopse de <i>Juízo</i> (2007)	44
2	PRESSUPOSTO TEÓRICO: A PERSPECTIVA DA NORMA COMO COMUNICAÇÃO.....	47
2.1	ISOLAMENTO DE REVOLTADOS	50
2.2	PODER.....	52
2.2.1	Verdade e poder	54
3	A VERDADE PROCESSUAL ENQUANTO LINGUAGEM.....	58
3.1	<i>JUSTIÇA</i> E A BUSCA PERSUASIVA PELO REAL.....	60
3.1.1	Seletividade dogmática	66
3.1.2	Impossibilidade de acesso ao passado	67
3.1.3	Decisão judicial como atividade criadora do juiz	70
3.1.4	A verdade como recurso persuasivo	75
3.1.5	A versão das partes	77
3.1.6	Apatia.....	85

3.2	<i>O CASO DOS IRMÃOS NAVES: A VIOLÊNCIA ESTATAL COMO INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO DA VERDADE E ANIQUILAÇÃO DO SUJEITO.</i>	86
3.2.1	Confissão	89
3.3	PODER VIOLENTO E DISCIPLINA: DOS <i>IRMÃOS NAVES</i> A <i>JUSTIÇA</i>	90
4	OBEDIÊNCIA E DESOBEDIÊNCIA	95
4.1	O ESTADO-EDUCADOR DE <i>JUÍZO</i>	95
4.1.1	Fabricação de obediência.....	98
4.1.2	Cárcere e Liberalismo	100
4.2	ALHEAMENTO EM RELAÇÃO AO OUTRO.....	104
4.3	PODER INFORMAL.....	109
	NOTAS CONCLUSIVAS	115
	REFERÊNCIAS	119
	APÊNDICE - A.....	124
	APÊNDICE – B	125
	APÊNDICE – C	127
	APÊNDICE – D	128
	APÊNDICE – E.....	129
	APÊNDICE – F.....	130
	APÊNDICE – G	131
	APÊNDICE – H	132

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto a questão da legitimidade institucional, e sua construção, a partir de aproximação interdisciplinar entre os filmes *O Caso dos Irmãos Naves*, *Justiça* e *Juízo*.

A questão da legitimidade é o tema primordial do Direito. É a razão e o mecanismo pelo qual as normas jurídicas são ou não obedecidas, é a questão em debate quando se fala em qualquer tipo de revolução. Debruçar-se sobre a legitimidade da autoridade estatal significa mergulhar em um dos aspectos mais intrincados e fascinantes do estudo do Direito, da Sociologia e da Filosofia Política.

O método interdisciplinar nos servirá para uma perspectiva mais ampla do objeto de estudo, fugindo à tendência moderna de superespecialização do conhecimento². Procuramos uma integração de saberes, a partir de perspectivas de diferentes ramos do conhecimento. Não à toa, serão citados autores de diferentes especialidades, como cinema, filosofia, teoria do direito, sociologia e psicologia. Nosso esforço será no sentido de aproximar, integrar e interagir com os conhecimentos de diferentes áreas.

Não se trata de um desafio fácil. A enorme complexidade do problema abordado e a multiplicidade de pontos de vista sobre o tema dificulta a objetividade de nossa análise. Para contornar o problema, nos ateremos às questões diretamente apresentadas pelos filmes: procuraremos descrever e analisar os aspectos principais atinentes à questão da construção da legitimidade pelo sistema jurídico em cada uma das películas selecionadas.

Os filmes, em conjunto, apresentam diversos temas que não só a questão da legitimidade – embora esta, em nosso entender, seja a mais patente. *Justiça*, por exemplo, introduz a questão das visitas nos presídios, compostas principalmente por mulheres, e da religião enquanto provedora de esperança. Igualmente, a partir de *O caso dos irmãos Naves* poderíamos dissertar acerca da instituição do Tribunal do Júri. Ou poderíamos partir de *Juízo* para falar sobre gravidez na adolescência. Não obstante, para fins deste trabalho, escolhemos

² JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1976, p. 41.

o corte da legitimidade do sistema jurídico, não sem, ocasionalmente, fazer referência a outros temas que entendermos intimamente relacionados.

Para tal, é necessário esclarecer que nossa concepção de legitimidade não se firma em valores ontológicos ou puramente racionais, mas sim na perspectiva metacomplementar da expectativa socialmente difundida de que a norma jurídica será obedecida. Por esta perspectiva, a obediência à norma não se dá porque as normas jurídicas são essencialmente justas, mas porque foram emitidas por uma autoridade. Há um pressuposto geral de obediência à norma jurídica, e este é seu único fundamento.

Tal pressuposto não se funda em consensos empíricos ou em ideias harmonicamente difundidas de verdade e justiça, mas em um processo de construção de um clima social institucionalizado de obediência. Indivíduos possivelmente problemáticos, neste quadro, serão isolados, apresentados à sociedade em geral como inimigos à ordem institucionalizada e serão neutralizados por meio das disciplinas.

Esta pesquisa, portanto, tem um objetivo geral de identificar a rotineira construção e a constante reafirmação deste pressuposto de obediência por parte do Estado, conforme apresentado nos filmes selecionados, através de método interdisciplinar.

São dois os objetivos específicos. O primeiro consiste na observação dos métodos, verdades e justificativas do procedimento judicial apresentadas ao “público” em geral, que apenas assiste ao julgamento e punição dos indivíduos considerados perigosos. Trata-se da análise de como a autoridade estatal procura mostrar-se: imparcial, neutra, justa. Sob o ponto de vista do Estado, olhamos para fora: trata-se da imagem institucional, crucial para a construção de sua legitimidade.

O segundo objetivo específico será a análise das ferramentas de isolamento e neutralização de indivíduos potencialmente perigosos à ordem estabelecida. Analisaremos a forma de a autoridade estatal brasileira representada nos filmes cercar, por todos os lados, o indivíduo considerado antissocial, emergindo-o em uma atmosfera de disciplina, buscando a sincera sujeição às ordens e valores institucionais. Sob o ponto de vista do Estado, olhamos para seu interior, para o seio da disciplina carcerária.

Para uma análise mais aprofundada dos conceitos-imagem dos filmes, efetuaremos diversas transcrições de fala ao longo deste trabalho³. Pelas mesmas razões, nos Apêndices juntados ao final deste trabalho encontram-se fotografias dos filmes.

Além desta Introdução e das Notas Conclusivas, a presente dissertação está estruturada em quatro capítulos.

O Capítulo 1 trará a inserção desta pesquisa no método interdisciplinar, abordando os termos em que o método poderá trazer contribuições à pesquisa científica no ramo do direito e em suas relações com a filosofia e com a arte. Para tal, partiremos principalmente dos escritos de Edgar Morin e Hilton Japiassu. Introduziremos o cinema enquanto meio de reflexão filosófica, a partir do pensamento do filósofo Julio Cabrera. Além disso, analisaremos a relação entre o cinema e a verdade – posto que os filmes selecionados possuem peculiares perspectivas do real a que se propõem mostrar. Por fim, apresentaremos uma sinopse de cada uma das películas selecionadas, para que o leitor se familiarize com as histórias e com as principais questões.

O Capítulo 2 será dedicado a expor os pressupostos filosófico-teóricos a partir dos quais a questão da legitimidade nos filmes será analisada. Partiremos dos escritos de Tércio Sampaio Ferraz Jr. em sua concepção da norma jurídica, chegando ao fenômeno do poder estudado por Mara Regina de Oliveira. Por fim, faremos uma breve exposição da relação entre verdade e poder, partindo dos estudos de Michel Foucault.

O Capítulo 3 será dedicado inteiramente ao primeiro objetivo específico supramencionado. Partindo da perspectiva da legitimidade enquanto pressuposto social de obediência, observaremos a forma como o Estado, nos processos judiciais, reafirma sua própria autoridade ao tentar mostrar-se imparcial e justo. Para tal, a decisão judicial deverá aparecer como consequência direta da norma posta e dos fatos relevantes. A questão da verdade – e sua construção processual – assume papel central. Analisaremos as audiências e os procedimentos jurídicos de construção de verdades nos filmes selecionados e verificaremos a forma como o poder de decidir do Estado busca se justificar perante a sociedade.

³ A formatação das falas transcritas foi efetuada de acordo com os modelos de roteiros teatrais e cinematográficos, não seguindo completamente as regras de citação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente da ABNT NBR 10.520/2002, principalmente para fins de ressaltar as falas transcritas ao longo do presente trabalho.

O Capítulo 4, por fim, será dedicado ao segundo objetivo específico supramencionado: levaremos nosso olhar à construção da obediência do indivíduo potencialmente perigoso. Para tal, observaremos que, apesar do manto de neutralidade que o Direito se reveste (o qual será analisado no Capítulo 3), sempre um ou outro valor será protegido. Afinal, por não ser fundado em concepções harmonicamente difundidas, o direito dogmático faz uma escolha de quais valores protegerá – e esta escolha está intimamente ligada ao fenômeno do poder. Considerando que os filmes mostram o encarceramento massivo principalmente de indivíduos que cometeram crimes contra a propriedade privada, faremos uma breve análise dos mecanismos de normalização e sujeição a este valor e de como o Estado utiliza tais mecanismos com o objetivo de incutir nos réus os valores afrontados e produzir obediência. Por fim, observaremos brevemente a forma como as facções criminosas, enquanto poderes informais, desconfirmam a autoridade institucional.

NOTAS CONCLUSIVAS

Partindo das películas *O caso dos irmãos Naves*, *Justiça* e *Juízo*, sob uma perspectiva interdisciplinar, investigamos a questão da legitimidade do sistema judiciário brasileiro. Em conclusão, passamos a elencar alguns aspectos relevantes resultantes de nossa análise.

Inicialmente, observamos a questão da busca pela verdade no processo de decisão judicial. Através dos filmes – especialmente de *Justiça* e *O caso dos Irmãos Naves* – constatamos a impossibilidade de acesso a qualquer concepção de verdade real pelo direito. A averiguação do fato delituoso, pelo juiz, se dá de forma constitutiva, e não declaratória.

Considerando a decisão judicial enquanto atividade criadora do juiz, a verdade assume uma forma persuasiva. O juiz procurará fazer ver que chegou a sua decisão de maneira objetiva, e que esta é abarcada pelo significado da lei ou pela vontade do legislador, encobrindo o fato de que a decisão se dá menos por fatores objetivos e mais por uma escolha motivada por diversos fatores.

Não obstante, a dogmática deve lidar com estas questões sem perder o vetor da justiça enquanto sua principal justificativa. Daí a necessidade de arquitetar a imagem de um direito tecnicamente imparcial, que não protege a qualquer interesse de forma específica, e que se baseia em premissas harmonicamente difundidas na sociedade. Dessa forma, a legitimidade do Estado moderno se ampara na construção dogmática da ilusão da neutralidade e da impessoalidade jurídica.

Neste quadro em que a decisão dá-se por uma escolha, muito embora o magistrado já se encontre previamente influenciado por uma série de preconceções, as partes procuram modificar seu pensamento no decorrer do procedimento processual.

Observamos, através dos filmes, que a versão dos réus é costumeiramente deixada de lado, sendo privilegiada a versão dos representantes da autoridade estatal – policiais que efetuaram as prisões em flagrante, via de regra. Há a preponderância da versão acusatória, mesmo quando esta é costurada de forma incoerente.

Isso também se dá por um cálculo observando a legitimação: o Estado considera que a palavra de seus representantes possui mais valor (fé pública) do que a dos outros personagens, de modo a confirmar sua própria autoridade. Fazendo-o, contudo, a autoridade institucional é quase livre para construir as versões que lhe aprouverem, e que muito provavelmente serão vencedoras na “luta” pela verdade.

Relatos de abusos por parte do Estado são continuamente desconsiderados, em uma atmosfera de rotina apática. Por vezes, o instrumento da tortura é diretamente utilizado como ferramenta de construção de verdade. Contudo, não é apenas a tortura direta do espancamento que observamos nos filmes: a degradante situação dos réus nos presídios atesta uma certa tortura passiva, que também interfere, à sua maneira, na construção da realidade.

O caso dos irmãos Naves, especificamente, nos mostra um cenário em que o Estado forjou a justificativa para a punição, tendo em vista a construção de uma determinada imagem de “Estado-justiceiro” – de modo que a instituição possuía interesse direto na condenação dos irmãos. A versão apresentada ao júri era incompleta e repleta de denúncias de violência, e, ainda assim, o tribunal acabou por anular a decisão dos jurados, até que a condenação fosse proferida, escancarando o interesse estratégico da condenação, aos olhos do Estado. Contudo, o aparecimento da suposta vítima como viva finalmente tornou patente a injustiça da punição.

Versões de verdade mal construídas pela autoridade estatal atentam contra a legitimidade do próprio Estado. A relação comunicativa torna-se abusiva ao aniquilar o sujeito em termos interativos: independentemente de qualquer escolha por parte do sujeito, sua condenação é quase certa.

Nesse contexto, apesar da necessidade de passar-se enquanto neutro, o discurso jurídico está longe de imparcial. Observamos através dos filmes que a teoria jurídica moderna, com suas concepções de neutralidade, procedimento, justiça e verdade, é um manto ideológico para decisões governadas principalmente pelo poder. Um poder que, para ser exercido, deve justificar-se nestes valores pretensamente universais.

Para construir o quadro social da legitimidade, o sistema utiliza-se de pormenorizadas técnicas de dissimulação de interesses. Em última análise, o faz para fins de produção de indivíduos que se submetem a uma determinada ordem, conforme valores

específicos – e daí a conotação altamente moralista presente em diversos discursos dos magistrados ao longo dos filmes.

Observamos a utilização de técnicas de normalização descritas por Foucault, que envolvem os sujeitos considerados antissociais na atmosfera de controle do Estado. O isolamento propiciado pelo cárcere, a organização entre as celas, os horários, as obrigações de andar em marcha militar, apontam para a tentativa de absoluto controle das atividades dos detidos, evidenciando as disciplinas.

Esse tipo de estratégia disciplinar reforça o poder do Estado, no esforço por promover o sincero conformismo aos valores sociais uma vez afrontados e a obediência à autoridade estatal. Alimenta, portanto, a legitimidade da ordem estabelecida.

Não sendo o direito neutro, este favorece a uma ou outra corrente, sempre. No caso do direito penal, conforme mostrado especialmente em *Justiça* e em *Juízo*, a questão do poder de classe emerge: o réu, enquanto inimigo social, via de regra afrontou valores protegidos pelo Estado, como a propriedade, e deve ser disciplinado para aprender a respeitá-los.

Nesse contexto, voltamo-nos brevemente para a relação entre o encarceramento e a ordem liberal dominante. O sistema penal teria a função de obrigar o proletariado a aceitar sua posição (naturalizar sua exploração), controlar elementos perigosos à ordem e criar a oposição entre as classes mais baixas.

As comunidades consideradas mais “propensas” ao crime, ou seja, aquelas que possuem uma inserção precarizada no mercado de trabalho e que se encontram fora da cada vez mais reduzida rede de proteção social são o alvo principal do direito penal. Pessoas que se enquadram nesta parcela da população são consideradas potencialmente perigosas para a ordem estabelecida.

Através da compreensão do réu enquanto inimigo social, a sociedade é dividida entre *bandidos* e *cidadãos de bem*, sendo que os primeiros devem ser contidos a qualquer custo. Elites, classes médias e classes baixas proletárias unem-se contra a camada que ofende aos valores dominantes (tidos como ‘universais’) e põe em perigo os mecanismos de poder.

A nível individual, fazendo parte da camada mais abastada da população, os magistrados incorporaram fortemente esse tipo de separação social a tal ponto de deixar de

perceber em si a possibilidade de sentar-se no banco de réus. Deixam de ver no outro um ser semelhante, em uma desqualificação do réu enquanto ser moral.

O réu percebe sua marginalização, sente a percepção social de si enquanto inimigo, e incorporou tal rótulo. Poderes informais, que rivalizam diretamente com a legitimidade do Estado, aparecem principalmente em presídios – no seio da disciplina (e da marginalização) estatal.

Trata-se de uma forte forma de desconfirmação da autoridade estatal. Facções impõem seu próprio código de conduta à margem do Estado. Sob o ângulo da metacomplementariedade, elas quebram o pressuposto de obediência à ordem institucional, demonstrando que nem todos reconhecem o Estado enquanto autoridade.

Da mesma forma que o Estado, as facções utilizam-se de valores tidos como universais para legitimarem-se, como justiça, verdade, Deus. Esse tipo de discurso, aliado ao sentimento de pertencimento a um grupo – em contrapartida à exclusão social que a ordem institucional lhes fornece – exerce outra forma de poder sobre o indivíduo, em uma disputa pela metacomplementariedade em determinados espaços.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Racismo, criminalidade e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-22, 1996.
- ASSIS, M. de. O espelho. Esboço de uma nova teoria da alma humana. In *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962. v.2, p.345-52
- ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. *A nobreza togada: As elites jurídicas e a política da justiça no Brasil*. 2010. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Usp, São Paulo, 2010.
- ASSIS, M. de. O espelho. Esboço de uma nova teoria da alma humana. In *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962. v.2, p.345-52.
- AVELINO, Flor. ROTMANS, Jan. Power in transition: An Interdisciplinary Framework to Study Power in Relation to Structural Change. *European Journal of Social Theory*, 2009. 12(4): P. 543–569.
- BAPTISTA, Barbara Gomes Lupetti. *Os rituais judiciais e o princípio da oralidade: construção da verdade no processo civil brasileiro*. Porto Alegre: Editora Sérgio Antônio Fabris, 2008.
- BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema?* São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRAGA, Ana Gabriela Mendes. *A identidade do preso e as leis do cárcere*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, 2008.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen). Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Último acesso: 13/12/2016.
- CABRERA, Júlio. *O cinema pensa: uma introdução à Filosofia através dos filmes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARAMANTE, André. PCC Crime Incorporated tem novo organograma. *Ponte Jornalismo*. São Paulo, p. 1-2. 06 dez. 2016. Disponível em: <<http://ponte.cartacapital.com.br/pcc-crime-incorporated-tem-novo-organograma/>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

CARNELUTTI, Francesco. Verità, dubbio e certezza. *Rivista di diritto processuale*. Padova: Cedam, 1965, p. 4-9, vol. XX.

CASTELO BRANCO, Guilherme. Os nexos entre subjetividade e política, In *Foucault: filosofia e política*. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

COSTA, Jurandir Freire. *A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública*, in *Ética*, Rio de Janeiro: Garamond, 1997. P. 67 a 83.

DUARTE, André. Foucault e a governamentalidade. In *Foucault: Filosofia e Política*. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas, SP, Papirus Editora, 1994.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. 2ª Ed. – São Paulo: Atlas, 1994.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos. O Ritual Judiciário do Tribunal do Júri. Tese de Doutorado. Programa de Pós graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 41ª Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *Microfísica do Poder*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal; 1993.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa*. In: Clifford Geertz. *O Saber Local*. Petrópolis, Vozes, 1998: P. 249-356.

GIORGI, Alessandro De. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006.

HART, Herbert L. A. *O conceito de Direito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1976.

JINKINS, Isabela. A criminalização da miséria. In *Política e Sociedade*. nº01 – set. 2002. P. 235-238.

JUSTIÇA. Direção de Maria Augusta Ramos. Brasil/Holanda: Limite Produções, 2004. Color.

JUÍZO. Direção de Maria Augusta Ramos. Brasil/Holanda: Limite Produções, 2007. Color.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do Direito*. 6ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIMA, Roberto Kant. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. In *Anuário Antropológico*, P. 25-51. Brasília, 2009 – 2.

_____. Direitos civis e direitos humanos: uma tradição judiciária pré-republicana? In *São Paulo em Perspectiva*: São Paulo, SP, v. 18, 2004. P. 49-59.

LIRA, Bertrand. A construção da “voz” nos documentários observativos Justiça e Juízo. Revista Digital de Cinema Documentário, n. 13, dez. de 2012, www.doc.ubi.pt, p.208-226.

LUHMANN, N. *Legitimação pelo procedimento*. Vol. 15 da Coleção Pensamento Político. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

_____. LUHMANN, Niklas. *Law as a social system*. New York: Oxford University Press, 2004.

MANGUINI, Fernanda Nunes da Rosa; MIOTO, Regina Célia Tamasso. A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho. *Katál*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 207-215, jul./dez. 2009.

MENDES, Lúcia Teixeira; FARIA, Vera Ribeiro dos Santos de Almeida. A admissão da prova defensiva no processo penal brasileiro – uma pesquisa empírica sobre as práticas, as representações e os discursos dos operadores jurídicos. In *Revista Euroamericana de Antropología*, Salamanca, nº 2, p. 78-86, jun. 2016.

MENDES, Regina Lucia Teixeira. 2010. *Do princípio do livre convencimento motivado: legislação, doutrina e interpretação de juízes brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris.

_____. Igualdade à brasileira: cidadania como instituto jurídico no Brasil. In Maria Stella de Amorim; Roberto Kant de Lima; Regina Lúcia Teixeira Mendes, (Org.) *Ensaio sobre a igualdade jurídica: acesso à justiça criminal e direitos de cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

MINGARDI, Guaracy. *O Estado e o crime organizado*. São Paulo, IBCCRIM, 1998.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. *Revista Civitas*, nº 1, vol. 13. Jan-abril 2013. Porto Alegre. Pp. 93-117

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

_____. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução Eloá Jacobina. Lisboa: Instituto Piaget, 2002, p. 48.

_____. *O Método 5, a humanidade da humanidade*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas, SP: Papirus, 2005.

O CASO dos irmãos Naves. Direção de Luis Sérgio Person. Roteiro: Jean-claude Bernardet. Brasil: Lauper Films, 1967.

OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e filosofia do direito em diálogo*. E-book Kindle, Amazon, 2015.

_____. OLIVEIRA, M. R. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência e subversão*. E-book Kindle, Amazon, 2015.

PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Editora, 1972.

PRADO, Lígia Reis de Almeida. *O juiz e a emoção: aspectos da lógica judicial*. 3ª Edição. Campinas, SP: Millennium, 2005.

RAMALHO, José Ricardo. *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

RAMOS, Clara Leonel. Juízo e o teatro da justiça: narrativa e performance, *Revista Rumores*, Edição 9: jan./jun. 2011.

ROSA, Alexandre Moraes da. Fragmento de Melancolia: aproximações sobre a glosa de "Verdade, Dúvida e Certeza" de Carnelutti. *Jornal O Estado do Paraná*, Curitiba, coluna "Direito e Justiça", 10 nov. 2002;

RIBEIRO DE ALMEIDA, Frederico Normanha. *A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da Justiça no Brasil*. Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.

ROSS, Alf. *Direito e justiça*. Bauru, SP: EDIPRO, 2000.

SANTEIRO, Sérgio. Conceito de Dramaturgia Natural. *In Filme e Cultura*. Rio de Janeiro: Embrafilme. Agosto 1978.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Ed. Artes Médicas. Porto Alegre, 1998.

SCHEPPELE, Kim Lane. Legal Theory and Social Theory. *In Annual Rev. Sociol.* 1994. 20:283-406.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. Documentário Moderno. *In: MASCARELLO, Fernando (Org.). História do cinema mundial*. Campinas, SP: Papirus, 2006.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. Vol. 1 1991.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. 5ª Edição Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZAMORANO FARÍAS, Raul. ROGEL-SALAZAR, Rosario. El dispositivo de poder como medio de comunicación: Foucault – Luhmann. *Política y Sociedad*. Madrid, 2013, 50, Núm. 3. P. 959-980

APÊNDICE - A

APÊNDICE – B

APÊNDICE – C

APÊNDICE – D

APÊNDICE – E

APÊNDICE – F

APÊNDICE – G

APÊNDICE – H